

Intervenção do Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho Real Mosteiro de Yuste

16 de Janeiro de 2014

Sua Alteza Real o Príncipe das Astúrias,
Senhor Presidente do Governo de Espanha,
Senhor Presidente da Comissão Europeia,
Senhor Presidente da Junta da Extremadura,
Sua Excelência Reverendíssima o Bispo de Plasencia,
Senhoras e Senhores Deputados, Embaixadores e ilustres convidados,

A participação de Portugal e de Espanha na União Europeia encontra-se na raiz dos respetivos sistemas democráticos, construída desde 1974 e 1975. As opções de política europeia, inclusivamente a participação nas modalidades mais avançadas de integração, têm sido objeto de alargado consenso nos dois países.

A opção pela adesão ao Euro inseriu-se exatamente nessa mesma linha. Esta escolha encontrou, e encontra, um fortíssimo apoio popular e político em Portugal e em Espanha, apesar das dificuldades acentuadas pela crise económica e financeira global.

No caso de Portugal, a crise agudizou debilidades estruturais e desequilíbrios crónicos da nossa economia, que temos vindo a corrigir recorrendo a um conjunto de instrumentos diferente daquele de que dispusemos no passado. Esta circunstância torna o nosso trabalho mais árduo, mas permitirá encontrar soluções duradouras para um crescimento económico sustentável.

Abordámos os nossos problemas com um programa muito amplo de reformas estruturais nos vários sectores da economia e do Estado, cujos efeitos benéficos se tornarão visíveis por muitos anos, e que constitui a base da nossa prosperidade futura. Foram reformas estruturais que tiveram um sentido: tornar a nossa economia mais democrática, isto é, mais aberta à participação de todos. Implicaram escolhas difíceis dada o estado muito difícil em que nos encontrávamos. Mas eram necessárias, e começamos gradualmente a ver os seus resultados a vários níveis. A mudança no perfil estrutural da nossa economia, que era uma mudança indispensável, é já um facto incontornável.

Ainda enfrentamos muitas dificuldades, nomeadamente ao nível do desemprego. Os nossos povos têm feito grandes sacrifícios. Mas hoje, de todas as partes, chegam-nos sinais de que em Portugal e em Espanha a situação está a ser invertida. Portugal e Espanha estão a desmentir as vozes mais pessimistas, e estamos ambos apostados na recuperação definitiva das nossas economias.

A crise colocou igualmente um conjunto de desafios ao futuro da União Económica e Monetária, ao qual temos de responder em conjunto. Precisamos de aprender com o preço que pagámos por não confrontarmos os nossos problemas e adiarmos as soluções. Precisamos de avaliar os custos da lentidão na execução das respostas. Precisamos de, sem receios injustificados, responder aos desafios do futuro para atendermos às aspirações de todos os povos europeus e das gerações vindouras. Para que ninguém possa dizer que não fizemos tudo o que deveríamos ter feito.

Ao longo deste processo, é importante estarmos conscientes da realidade presente e da ambição futura da União. A construção de uma União mais sólida e equilibrada, que ofereça condições equitativas para o crescimento económico dos seus membros, depende dos esforços de todos, individualmente e enquanto comunidade política que continuamos a erguer.

Há tarefas que cabem aos Estados-membros, segundo os princípios da responsabilidade e da subsidiariedade. Mas há tarefas que cabem às instituições europeias, de acordo com o princípio da união entre todos.

A natureza *sui generis* da União Europeia obriga a uma abordagem diferente dos problemas que enfrentamos. A meu ver, essa abordagem assenta largamente num instrumento essencial: a Comissão Europeia.

Portugal tem sido, desde a adesão às Comunidades, um defensor do método comunitário e da centralidade da Comissão. Esta posição não resulta de uma postura defensiva, mas da convicção no projeto europeu e do papel do executivo comunitário na identificação e na definição dos interesses europeus, assim como da indispensável reconciliação dos interesses dos distintos Estados-membros.

Esta é uma tarefa ingrata, sobretudo num período como o atual, de graves dificuldades económicas geradoras de tensões políticas. A tarefa de destrinçar o verdadeiro interesse europeu no meio de uma heterogeneidade de preferências e sensibilidades nacionais torna, naturalmente, a Comissão Europeia num alvo de críticas.

Não é de facto fácil, num quadro de risco de quebra de confiança entre Estados-membros, defender a necessidade de mecanismos mais fortes de responsabilidade orçamental. Conhecemos bem a complexidade, no contexto de fortíssimas

restrições orçamentais e de ainda mais fortes pressões políticas, de fazer aprovar um quadro orçamental minimamente satisfatório para a União. E sabemos também que não foi fácil fazer vingar o argumento de que a Zona Euro necessita de uma verdadeira União Bancária, com uma autoridade centralizada e um fundo de resolução comum.

Mas a Comissão Europeia, na pessoa do seu Presidente, tem sabido identificar o genuíno interesse europeu, quer na definição urgente de respostas para a crise, quer na construção de uma União Europeia mais forte e equilibrada para o futuro.

A escolha deste ano do júri do Prémio Carlos V é por isso totalmente justificada. Saúdo assim a Fundação Academia Europeia de Yuste, pela sua visão e pela forma como continua a promover, através deste prémio que se vem afirmando como referência no plano internacional, os ideais e os valores que presidem à integração europeia.

A história da União Europeia é também a história dos seus líderes e protagonistas. Desde a sua fundação que, nos momentos cruciais, tivemos líderes políticos que confrontaram os problemas do presente e que indicaram o rumo do futuro. A sua visão e os debates que suscitaram foram sempre uma parte importante da nossa história comum. Num período em que a Europa enfrentou uma crise sem precedentes, a Comissão Europeia teve no seu Presidente um homem de ação e um homem de compromissos e de diálogo. Em momentos particularmente adversos como os que vivemos nos últimos anos, a sua voz e o seu trabalho foram decisivos. A sua experiência como Ministro dos Negócios Estrangeiros e como Primeiro-Ministro de Portugal refletiu-se nos seus dois mandatos como Presidente da Comissão, marcados pela responsabilidade, visão estratégica e firmeza de propósito.

Nos últimos dez anos, Durão Barroso singularizou-se como um convicto defensor do projeto europeu e um obreiro infatigável das profundas mudanças ocorridas, no plano institucional e no plano das políticas prosseguidas, que moldaram a União e a zona euro e prepararam o seu futuro. E o legado que partilhamos e a dimensão da obra que temos por diante a todos obriga a um continuado sentido de urgência, de consistência e de união nas respostas às crises.

Urgência, porque o nosso trabalho ainda não se encontra acabado, nem a nível nacional, nem a nível europeu. Devemos continuar a avançar no sentido do aprofundamento da União Económica e Monetária e, ao mesmo tempo, devemos encurtar significativamente o tempo entre a tomada das decisões e a sua efetiva execução.

Consistência, entre as respostas da União e entre as respostas da União e as respostas dos Estados-membros. É necessário que as várias políticas da União concorram para o objetivo fundamental que definimos de crescimento económico sustentável e de justiça social e que nos dotemos de todos os instrumentos necessários para o alcançar. Assim como é igualmente indispensável que as políticas nacionais, económicas e orçamentais, ajudem – e não subvertam – o interesse europeu.

União, entre os Estados e os povos europeus. É nesta natureza voluntária e de proveitos mútuos que radica o projeto da moeda única. Devemos sempre salvaguardar e ter presente esta condição indispensável, ultrapassando preconceitos e divisões artificiais entre norte e sul, entre centro e periferia, entre credores e devedores. Repito o nosso compromisso europeu de fazermos as pontes de superação destas divisões entre todos, de conciliarmos diferentes pontos de vista que resultam – não nos podemos esquecer – da própria liberdade democrática. Por outras palavras, o compromisso de não permitirmos que a Europa se vire contra si própria.

A União soube sempre conviver com a diversidade. Mais, a união na diversidade está no nosso código genético. É esta a nossa riqueza comum e o nosso principal desafio para os próximos dez anos, ao mesmo tempo que construímos um edifício mais sólido e inclusivo para o Euro. Sobretudo num momento em que a Europa e a moeda única dão sinais crescentes de vitalidade e de ter iniciado um novo ciclo de crescimento, deixando para trás um período de turbulência e, inegavelmente, de ansiedade.

2014 será um ano de eleições europeias. É pois prioritário fazer tudo quanto estiver ao nosso alcance para assegurar que o próximo Parlamento Europeu goze da mais ampla legitimidade e esteja apto a trabalhar, com as suas competências alargadas, para o progresso da União, para o bem-estar dos seus cidadãos e para a afirmação da Europa enquanto força de progresso a nível mundial. Neste quadro de mudança, o próximo Presidente da Comissão Europeia e os novos rostos das Instituições europeias terão de estar à altura de dar um contributo tão relevante como o que foi dado por aqueles a quem irão suceder.

Muito obrigado.